

# *Construindo a nação com estrangeiros*

JÚLIA LEITE GREGORY<sup>1</sup>

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

**Resumo:** O processo de construção dos Estados Nacionais ocorrido na América Espanhola, durante o século XIX, foi pautado por ideais europeus que entendiam a América Latina como um lugar de barbárie. Para mudar essa imagem, os novos países latino-americanos buscaram atrair imigrantes europeus que pudessem aumentar a população, melhorando-a e ensinando-a a ser civilizada. O objetivo deste artigo é mostrar de que modo a imigração europeia foi encarada como uma alternativa em vários países (dando ênfase ao caso argentino) que se encontravam em situações semelhantes e que tinham o propósito de alcançar a modernidade. O resultado dessa iniciativa foi um crescimento populacional explosivo e um impulso no desenvolvimento econômico, tendo como contrapartida intensas crises sociais provocadas pela exclusão dos indígenas e das classes populares.

**Palavras-chave:** Imigração europeia. América Espanhola. Estados Nacionais.

**Abstract:** The process of nation-building that took place in Spanish America during the nineteenth century was based by European ideals that understood Latin America as a place of barbarism. To change this image, the new Latin American countries sought to attract European immigrants who could increase their population by improving it and teaching it to be civilized. The purpose of this article is to show how European immigration was viewed as an alternative in several countries (with an emphasis on the Argentine case) in similar situations and aiming to achieve modernity. The result of this initiative was an explosive population growth and a boost in economic development, in return for intense social crises caused by the exclusion of the indigenous and the popular classes.

**Keywords:** European immigration. Spanish America. National States.

---

1 Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pesquisa em andamento: O mercado da terra e outros negócios: um estudo da dinâmica socioeconômica de uma região de colonização europeia (Vale do Taquari/RS - segunda metade do século XIX). Órgão financiador: CAPES. E-mail: jlgregory@universo.univates.br.

## Introdução

Durante o século XIX, os países que haviam formado a América Espanhola passaram por um processo de formação dos Estados Nacionais, a partir das Guerras de Independência ocorridas no início do século. O desencadeamento da emancipação política das colônias se deu com a invasão francesa sobre o território espanhol e a deposição do rei, em 1808, que enfraqueceu ainda mais o poder da monarquia espanhola, a qual já se encontrava em crise. Esta conjuntura, aliada às realidades comuns que viviam as colônias na América, como a exploração, a desigualdade jurídica, a distância da esfera das decisões e uma matriz cultural cristã e espanhola sobre a qual se construiu uma cultura política, provocou uma onda de movimentos insurrecionais, iniciados já na Europa, que levaram às independências da América Espanhola. Além disso, circulavam notícias sobre a Revolução Francesa e a Haitiana, permitindo à população pensar em alternativas para aquela realidade. Camponeses, proletários rurais, comunidades indígenas, escravos, artesãos, plebeus urbanos e também as elites locais, unidos ou não, se organizaram em distintas mobilizações para lutar pelos seus interesses (DI MEGLIO, 2013, p. 97-122).

Alguns líderes das Guerras de Independência receberam destaque, se transformando em heróis nacionais, quando os novos Estados Nacionais precisaram criar símbolos que representassem a nação, como foram os casos de José Artigas, Simón Bolívar e José de San Martín, por exemplo. Este último é considerado o maior herói militar nacional da Argentina devido à grandeza militar conquistada pelas vitórias na independência da Argentina, Chile e Peru. Quando o Estado Argentino criou o Museu Histórico Nacional, em 1889, para celebrar a Revolução de Maio e as Guerras de Independência, tinha o objetivo de construir uma imagem de nação, unificar

valores e identidades e abrigar em um só lugar a história do país. Para isso, era necessário reunir objetos vinculados ao surgimento na nação. Neste contexto, houve disputa pela guarda do sabre de San Martín, um objeto que acompanhou o dono nas batalhas pela independência. O sabre estava vinculado à própria origem do país, entendido como uma representação do herói e do espírito de nacionalidade (ROCA, 2012, p. 121-149).

Este é um processo típico dos Estados Nacionais em formação, não apenas na América Espanhola, que sentem a necessidade de construir uma história única por meio da escolha de símbolos que contribuam para reforçar/forjar o sentimento de identidade nacional. Para os países americanos que foram colônias da Espanha, buscar referências nos movimentos de independência era uma maneira de eleger emblemas que pudessem ter alguma relação com o nascimento da nação e que rompessem com o passado colonial. Esse rompimento, aliás, foi uma característica bastante marcante dos países que haviam sido colônias da Espanha, tendo em vista que foi necessário criar uma nova organização administrativa nesses lugares. No Brasil, pelo contrário, a transição do período colonial para o de Estado independente se deu mais através de uma continuidade das estruturas estatais existentes (DEVOTO, 2008a, p. 273).

O único país pertencente à América Espanhola que apresentou uma relação distinta com seu passado colonial foi o México. Com o objetivo de conciliar as duas opiniões intelectuais existentes, a liberal e a conservadora, acerca de quais elementos deveriam compor a história da nação, no final do século XIX, criou-se o discurso da pátria mestiça. A corrente liberal defendia a exclusão do passado colonial e indígena, em favor de uma nação nova e republicana. Já os conservadores tinham adoração pela monarquia, eram católicos e apegados às tradições. Assim, para pacificar o passado, sustentou-

se um mito de fundação da nação alicerçado na idealização do indígena asteca, do território mexicano e da figura do mestiço (FERNANDES, 2011, p. 53-54).

Portanto, o processo que se seguiu a partir das Guerras de Independência obrigou os novos países da América Espanhola a elaborarem suas visões sobre o passado e a projetarem o futuro com base em novas instituições organizativas da sociedade. Contudo, o estabelecimento de administrações centralizadas ia de encontro com as várias formas de organização política existentes no território, resultantes da independência,

[...] cuya naturaleza no se correspondía con el ‘principio de las nacionalidades’, y que iba a atravesar fuertemente el naciente léxico político. Es decir, no hubo un pasaje directo de la soberanía del rey a la soberanía de la nación, sino que surgieron otros sujetos políticos que reclamaron el ejercicio de la soberanía: ciudades, pueblos, provincias (GOLDMAN, 2008, p. 10).

O princípio das nacionalidades, elaborado pelo romantismo na década de 1830, pressupunha que “[...] una comunidad identificada con determinados rasgos étnicos tenía derecho a constituirse en Estado independiente” (SOUTO; WASSERMAN, 2008, p. 83). Esta ideia alcançou uma notável difusão e acabou vinculando o conceito de nação ao de nacionalidade. Associação que provocou interpretações equivocadas sobre os processos de independência por parte da historiografia tradicional, a qual os concebia como resultado da existência prévia de uma comunidade com personalidade nacional que necessitava de autonomia (CHIARAMONTE, 1991, p. 5). Essa concepção derivava da análise anacrônica dos documentos da época, pois para os contemporâneos

“[...] a mediados del siglo XVIII la voz nación tenía diversos usos y significados. Por un lado hacía referencia al lugar de nacimiento, empleo ya registrado en el ámbito de las universidades y los concilios eclesiásticos medievales. Por otro lado era empleada para distinguir a una población caracterizada por una serie de rasgos étnicos o culturales como lengua, religión o costumbres. Finalmente era utilizada para designar a poblaciones que compartían unas mismas leyes o debían obediencia a um mismo poder, acepción política que había comenzado a difundirse desde principios del setecientos” (CHIARAMONTE *apud* SOUTO; WASSERMAN, 2008, p. 83).

Deste modo, segundo Chiaramonte, não existia uma identidade nacional na região do Rio da Prata no período da independência, assertiva que, de acordo com o autor, pode ser estendida para o conjunto da América Espanhola. A construção de nacionalidades teria ocorrido somente ao longo do século XIX, no processo de constituição dos Estados Nacionais, pois no período emancipatório, os revolucionários entendiam-se como americanos e não como argentinos, mexicanos ou uruguaios. Chiaramonte não propõe uma definição para o conceito de nação, por entender que essa tarefa é quase impossível de ser realizada, mas esclarece que o utiliza para se reportar à presença de um Estado, politicamente organizado, enquanto o conceito de nacionalidade refere-se a um grupo humano com algum grau de homogeneidade cultural, que possui consciência de sua identidade e de sua diferença perante outros grupos. Sendo assim, a nação contemporânea é criada pelo Estado, o qual não era uma derivação da existência de uma nacionalidade prévia (CHIARAMONTE, 1993, p. 49-66).

No território correspondente ao ex-Vice-Reino do Rio da Prata, após a queda da monarquia espanhola, a ideia de nação que vigorava era uma entidade resultante do conjunto de povos, cidades e províncias que

havia recuperado a soberania diante da ausência do rei. Essa concepção divergia da aspiração proveniente da Revolução Francesa, que compreendia uma nação como única, indivisível e abstrata. Nos conflitos políticos e nas assembleias constituintes, a noção plural de nação correspondia com a proposta dos federalistas e a singular com a dos unitários (SOUTO; WASSERMAN, 2008, p. 86).

Não havia um consenso a respeito do que era ou deveria ser a nação e alguns fatores dificultavam o uso do conceito, como a falta de definição territorial, assim como não havia uma base étnico-cultural homogênea que produzisse tradições para amparar uma nova ordem. Sendo assim, indivíduos como os jovens escritores românticos da Geração de 1837 propuseram “[...] sistemáticamente un programa de organización nacional que tenía por presupuesto la erección de una cultura y una identidad nacionales” (SOUTO; WASSERMAN, 2008, p. 94). Por conseguinte, aos poucos o Estado Nacional foi se consolidando e a Argentina passou a ser referida em discursos como uma nação, a qual estava submetida a um determinado conjunto de leis (SOUTO; WASSERMAN, 2008, p. 94).

O esforço para construir, criar ou forjar a cultura destes novos países esteve apoiado em muitas referências externas, principalmente europeias, como exposto para o caso argentino. As ideias de nação, República, Constituição, liberalismo e civilização, por exemplo, provenientes sobretudo da França, circularam na América através da imprensa e influenciaram na construção dos Estados em formação (SOARES, 2017, p. 41). Nesse sentido, a concepção de que a forma ideal de governo para estes países seria a República ganhou força ao longo do século XIX, adquirindo, inclusive, valor moral e caráter de virtude cívica. Tomando como exemplo novamente a Argentina e, embora o conceito tenha tido diversos usos e significados

ao longo do tempo, “la república era percibida a la vez como un ejemplo virtuoso y un reaseguro de la libertad, una oposición activa al sistema monárquico – considerado esencialmente despótico [...]” (DI MEGLIO, 2008, p. 152). Embora esta dimensão moral fosse mantida com o passar do tempo, a associação da noção de República com forma de governo ganhou cada vez mais destaque entre os argentinos (DI MEGLIO, 2008, p. 156).

No entanto, as experiências republicanas na Argentina tiveram fracassos e oposições. O governo de Juan Manuel de Rosas, por exemplo, entendido como republicano, foi considerado ditatorial, negligente com as leis, com as garantias sociais e com a soberania do povo. Quando Rosas saiu do poder, em 1852, pairavam dúvidas sobre o sistema republicano. Juan Bautista Alberdi, intelectual argentino membro da Geração de 1837, chegou a afirmar que o povo não estava preparado para vivenciar a República, superior à sua capacidade. Assim, a proposta de Alberdi era, além da promulgação de uma legislação civil e comercial, preparar o povo para ser republicano através da educação trazida por imigrantes europeus (ALBERDI *apud* DI MEGLIO, 2008, p. 156). Nesse sentido, o objetivo deste artigo é mostrar de que modo a imigração europeia foi encarada como uma alternativa em vários países que se encontravam em situações semelhantes e que tinham o propósito de alcançar a modernidade.

### **Civilizando a barbárie**

No século XIX, era comum a utilização de duas categorias explicativas que tinham o objetivo de organizar o olhar sobre as sociedades do período, sobretudo às do Novo Mundo, que passavam por um processo de reestruturação. Os conceitos de civilização e barbárie eram empregados,

principalmente, por indivíduos letrados, que associavam a ideia de barbárie a um mundo onde prevaleciam as superstições, a religião, a ignorância e a falta de industrialização. A América, por exemplo, era frequentemente representada como um deserto, um vazio. Isso estava associado à ideia de barbárie e também à falta de governo, de leis, de educação, de população. No entanto, sabe-se que no século XIX a América não era um lugar vazio, mas ocupado por índios, negros e mestiços, os quais eram ignorados enquanto população (MÄDER, 2008, p. 265). Logo, o passado colonial dos países que tinham constituído a América Espanhola foi interpretado como um período de barbárie e que precisava ser afastado da realidade para que uma nova ordem se fundasse. Uma ordem baseada na ilustração, na educação e na urbanização (SOARES, 2017, p. 50-55).

Para Norbert Elias, o conceito de civilização dizia respeito à imagem que a classe alta europeia tinha de si mesma quando comparada com outros povos (bárbaros), considerados por ela como mais simples e primitivos, e, ao mesmo tempo, caracterizava um tipo específico de comportamento (pessoa polida, educada, refinada, com hábitos suaves) utilizado como parâmetro para diferenciar aquela destes<sup>2</sup>. Sendo assim, ao longo do século XIX, os países europeus acreditavam que eram superiores, portadores e transmissores da civilização, o que justificava o domínio colonial. Essa consciência de civilização e superioridade era corporificada na ciência, tecnologia e arte e espalhou-se pelo Ocidente (ELIAS, 1994, p. 54-64).

As referências de um mundo civilizado que emanavam da Europa serviam de inspiração para que os países em formação pensassem a si

---

2 Esse comportamento entendido como civilizado é defendido por Elias como o resultado de longos processos de transformações estruturais no comportamento, impulsionadas pela coação entre os indivíduos (ELIAS, 1994, p. 73).

próprios. Alguns intelectuais da América, como os argentinos Domingo Sarmiento e Estéban Echeverría, se inspiravam em ideias veiculadas pela imprensa e defendiam o projeto civilizador para a sua nação. Um periódico europeu importante nesse processo, por exemplo, foi a *Revue des Deux Mondes*, fundada em 1829, na França, e que contribuiu para a difusão de ideias liberais e humanistas entre os novos países latino-americanos. Soares ainda acredita que a revista funcionava como um porta-voz de um projeto cultural e político que buscava construir as relações da França com o mundo, contribuindo também para a definição de representações sobre as terras estrangeiras (SOARES, 2017, p. 39-48).

Rojas Mix “[...] señala que la cantidad de estereotipos que circulaban sobre América Latina construyó en Europa una visión que, en algunas épocas, hizo poco creíble el que los americanos pudieran establecer sociedades civilizadas [...]” (*apud* NORAMBUENA, 2006, p. 122). A própria *Revue des Deux Mondes* publicou em um de seus artigos que os indígenas da Argentina eram degenerados, feios, bestiais e primitivos. Logo, eram a representação da barbárie, a qual deveria ser vencida pela civilização (SOARES, 2017, p. 52). Assim, as classes dirigentes da América Latina, influenciadas por ideais europeus, trataram de erigir novas formas de retratar as nações independentes, buscando evidenciar uma região dinâmica, moderna e europeizada (NORAMBUENA, 2006, p. 123):

En el siglo XIX, las naciones suramericanas, recién afianzaban su independencia, buscaron entrar en el nuevo ámbito internacional. Chile, Argentina Uruguay y Brasil se propusieron instalar en el Viejo Mundo una imagen de progreso y modernidad que resultara atrayente para los inmigrantes y los capitales que se requerían para impulsar el crecimiento e insertar sus economías en la economía mundo. Se trataba de transmitir confianza y seguridad, mostrando,

en general, países que tenían mucho de Europa y poco de América Latina. Esa fue la opción que escogió la clase dirigente para posicionar a estos países en el extranjero (NORAMBUENA, 2006, p. 125).

Carmen Norambuena, trabalhando casos específicos como os do Chile, Argentina, Uruguai e Brasil, buscou compreender como se deu a construção dos imaginários nacionais nesses países, tendo em vista o esforço feito por eles para estabelecer uma imagem moderna e atrativa de país no chamado “mundo civilizado”. Ambas as nações tiveram como projeto a instalação de imigrantes europeus para aumentar a população e implementar a mão de obra destinada à produção de matérias-primas, na medida em que a crise do escravismo se acentuava. Acreditava-se assim que os europeus trariam civilização e progresso para a América, pensamento influenciado, não apenas na Argentina, pelas ideias de Juan Bautista Alberdi (NORAMBUENA, 2016, p. 71).

Alberdi nasceu na cidade de Tucumán, na Argentina, em 1810, e faleceu em Paris, na França, em 1884. Foi jurista, escritor, jornalista e economista, publicando inúmeras obras sobre Direito, Política, Filosofia e Economia sobre a Região do Prata e também sobre a América do Sul. Alberdi ajudou a construir um projeto político e econômico, baseado no ideário liberal, para o Estado Argentino, que se encontrava em formação. Para isso, publicou as *Bases y Puntos de Partida para La Organización Política de La República Argentina*, em 1852, que tinha a intenção de influir em uma nova Constituição para a Argentina (BRAGA, 2014, p. 1-3).

Nesta obra, Alberdi expôs os caminhos a serem seguidos para que a Argentina se tornasse uma nação civilizada e, dentre estes pontos, estava a recomendação para a vinda de imigrantes europeus, os quais eram

mais adiantados em termos de experiência com a liberdade e a indústria, atribuições importantes para se alcançar a civilização, na opinião do autor. Embora Alberdi acreditasse que as Repúblicas da América do Sul fossem produto da ação da Europa na América; que os americanos fossem europeus nascidos em solo americano, devido ao idioma, à religião e à legislação; e que os indígenas estivessem vencidos e já não fizessem mais parte desse mundo; ainda era necessário que a Europa completasse sua obra na América. Esta, afinal, se encontrava deserta, solitária e pobre, carente de população e prosperidade, o que seria resolvido com a imigração europeia. Acreditava-se que somente uma grande população era capaz de obter desenvolvimento cultural e progresso (ALBERDI, [1852] 2017, p. 91-97).

Para o autor, a Europa traria “[...] su espíritu nuevo, sus hábitos de industria, sus prácticas de civilización, en las inmigraciones que nos envíe” (ALBERDI, [1852] 2017, p. 97), e as populações americanas aprenderiam com os imigrantes costumes mais adequados para o desenvolvimento dos países. Nem mesmo o ensino oferecido pelos Estados sul-americanos era o suficiente para trazer o progresso, seja as escolas primárias, os liceus ou, até mesmo, as universidades, todos considerados pobres e inferiores sem as grandes empresas de produção. Daí a afirmação: “No tendréis orden ni educación popular, sino por el influjo de masas introducidas con hábitos arraigados de ese orden y buena educación” (ALBERDI, [1852] 2017, p. 98).

Mas para que a imigração funcionasse, Alberdi previa a necessidade de firmar tratados de amizade e comércio com os países estrangeiros, bem como acordos que garantissem aos imigrantes direitos de propriedade, liberdade civil, segurança, aquisição e trânsito. Além disso, a imigração que deveria ser estimulada era a espontânea e não a subsidiada pelos governos,

assim como recomendava-se o respeito e a tolerância para com as outras religiões que seriam trazidas pelos estrangeiros, as quais poderiam ser cultuadas ao lado do catolicismo para estimular a permanência e felicidade dos grupos. O autor recomendava também o investimento em ferrovias e embarcações para que os imigrantes pudessem ocupar, além da costa continental, o interior da América do Sul (ALBERDI, [1852] 2017, p. 97-109).

Como sinalizado anteriormente, Alberdi acreditava que uma Constituição não era o suficiente para o funcionamento de uma República representativa, era necessária uma população acostumada com a industrialização e a liberdade, como a europeia, que transmitisse seus valores para os americanos. O diagnóstico e as recomendações presentes nas *Bases y Puntos de Partida para La Organización Política de La República Argentina* diziam respeito não só à Argentina, mas aos países independentes da Espanha que compunham a América do Sul, como Chile, Bolívia, Peru, Colômbia, Uruguai e Paraguai que, na opinião de Alberdi, se encontravam na mesma situação de atraso e deveriam recorrer à imigração europeia para alcançar o status de civilização (ALBERDI, [1852] 2017, p. 55-97).

La aspiración traducida en una ideología y en un imaginario de una inmigración preferentemente europea tuvo sus resultados. Quienes arribaron en mayor número fueron migrantes provenientes del área mediterránea italianos, españoles y portugueses, aun cuando algunos de estos países desearan población proveniente del norte de Europa, especialmente alemanes, como es el caso de Brasil y Chile.

Las cifras son evidencia de estas aspiraciones con la instalación de unos 75 millones de inmigrantes europeos en el periodo que va desde el inicio del proceso en el siglo XIX

hasta su declive motivado por la crisis económica de 1929<sup>3</sup> (NORAMBUENA, 2016, p. 72).

Para atrair os imigrantes europeus, os países buscaram construir um imaginário de Estados prósperos aproveitando as Exposições Universais para apresentar este cenário. As Exposições Universais tiveram início em 1851, em Londres, e ocorreram até as primeiras décadas do século XX, “[...] tornando-se eventos-símbolos da modernidade e do progresso material, científico e intelectual das nações ‘civilizadas’” (CALDEIRA, 2015, p. 181). Os eventos proporcionavam não apenas a demonstração e venda de mercadorias, amplificando o consumo e enaltecendo a lógica do capitalismo, mas também ajudavam na construção de “representações mentais”, “[...] na medida em que difundiam imagens e crenças, como a da hierarquia entre nações e a crença no progresso” (PESAVENTO *apud* CALDEIRA, 2015, p. 181). As Exposições ocorriam em grandes cidades, exemplos de urbanização, como Chicago, Londres, Bruxelas e Paris, sendo que todos os países eram convidados a participar representando a si mesmos através da mostra de produtos, construções, estatísticas, exposições culturais, etc., tendo a ideia de progresso como condução (NORAMBUENA, 2002-2003, p. 92).

---

3 O número exato de imigrantes europeus que tiveram a América como destino é incerto devido às discrepâncias nos registros. Lanza e Lamounier, apoiados em outros autores, estimam entre 42 e 60 milhões o número de europeus que migrou para a América entre o início do século XIX e primeiras décadas do século XX (LANZA; LAMOUNIER, 2015, p. 91). Sanchez-Alonso afirma que mais de 13 milhões de imigrantes entraram na América Latina entre 1870 e 1930, sendo que 90% desse total tiveram como destino a Argentina, o Brasil, o Uruguai e Cuba. Rosoli sustenta que, “[...] até a Primeira Guerra Mundial, 11 milhões se dirigiram para a América Latina dos quais 38% eram italianos, 28% espanhóis, 11% portugueses e 3% franceses e alemães. Desses 11 milhões, 46% se destinaram à Argentina, 33% ao Brasil, 14% foram para Cuba e 3% para o México” (*apud* LANZA; LAMOUNIER, 2015, p. 93).

No se puede dejar de observar también que estas exposiciones convocadas en primer lugar con el fin de celebrar los avances de la industria, la ciencia y la cultura, fueron dando paso a un campo de competencia en el que se van a dejar de manifiesto las rivalidades de las grandes potencias europeas en vísperas de la Primer Guerra Mundial (NORAMBUENA, 2002-2003, p. 92).

A Exposição Nacional de Paris, em 1889, teve destaque perante as demais pelo grande número de expositores, pela quantidade de público que a visitou e devido ao alto investimento realizado pelos países latino-americanos em suas exposições. Estas foram pensadas para mudar a imagem que tinham de países atrasados, atrair capitais e mão de obra necessários para o crescimento econômico. A própria localização reservada aos pavilhões de cada país na Exposição tinha um significado, sendo que os locais mais atraentes foram ocupados de acordo com a importância política e econômica dos Estados. Por sua vez, os pavilhões latino-americanos tiveram uma colocação marginal, junto a um edifício da administração colonial europeia (NORAMBUENA, 2002-2003, p. 93-94).

Enquanto os países mais desenvolvidos expuseram produtos industrializados e invenções tecnológicas, os latino-americanos exibiram produtos de origem agrícola, pecuária ou de mineração, “[...] como el cacao del Ecuador, los minerales de Chile, la carne argentina, el café y el caucho brasileño, convirtiéndose éstos en verdaderos símbolos nacionales” (NORAMBUENA, 2002-2003, p. 95). Assim, as elites latino-americanas pretenderam definir os países como exportadores de matéria-prima, ingressando-os no mercado mundial. Além disso, um de seus objetivos era atrair imigrantes europeus, porém, alguns países não tiveram bons resultados, como o Equador, devido à distância geográfica, que acarretava

altos custos com as passagens, e à falta de propaganda (NORAMBUENA, 2002-2003, p. 97).

O Chile demonstrou preferência por imigrantes do norte europeu, principalmente oriundos da Inglaterra, França e Alemanha, sendo o grupo dos alemães um dos primeiros a chegar no país. Este deslocamento foi feito, principalmente, de maneira espontânea, entre 1810 e 1848, embora existissem projetos de colonização, como o proposto pelo governo para a instalação de famílias irlandesas. Os motivos gerais para a imigração estavam no povoamento do sul do país e a qualificação da população por meio da educação formal e informal. Apesar dos esforços do Chile em receber imigrantes europeus, até 1850 a imagem do país como espaço receptor “[...] gozava de reputação questionável na Europa. [...] Um dos aspectos que gerava dúvidas nas autoridades europeias estava relacionado à sobrevivência das Colônias e ao grau de conflitos estabelecidos com os índios Mapuche” (WITT, 2019, p. 21). Na verdade, os países latino-americanos que almejavam atrair imigrantes europeus tiveram que competir entre si na propaganda e transmissão de confiança à Europa. Contudo, países como o Chile, banhados pelo Pacífico, tiveram menos sucesso que os da região do Prata, os quais conseguiram estabelecer uma corrente migratória mais rapidamente, devido, principalmente, ao contexto geográfico. Aqueles tiveram que se conformar com o excesso populacional do processo ou recorrer à imigração asiática, como no caso do Peru, mesmo sendo ela considerada inferior (NORAMBUENA, 2002-2003, p. 103).

Na Exposição Universal de Paris, a Argentina buscou mostrar, por meio de imagens e objetos, que o elemento indígena, selvagem e bárbaro, já não fazia mais parte da constituição daquele território, o qual era ocupado por homens brancos incumbidos de alcançar a civilização

e o progresso. Também fez alusão aos recursos naturais abundantes na região, tentando produzir “[...] una imagen atractiva para capitalistas y trabajadores en búsqueda de oportunidades: la de un país rico en recursos naturales, en especial alimentos, y hospitalario para la inmigración europea” (NORAMBUENA, 2002-2003, p. 114). Contudo, apesar dos esforços feitos pelos argentinos em construir uma imagem de país civilizado através da Exposição, a percepção europeia continuou considerando-o, assim como a América Latina, um país exótico e distante do progresso (NORAMBUENA, 2002-2003, p. 115).

Em relação à imigração, a Argentina obteve sucesso na captação de imigrantes, devido a uma propaganda inteligente, que oferecia bons salários, direitos democráticos e a possibilidade de possuir terras. Entre 1870 e 1930, cerca de 6.200.000 imigrantes entraram na Argentina<sup>4</sup>, a qual, ao lado do Brasil, acolheu quase 80% do total de imigrantes que se dirigiram para a América Latina nesse período (LANZA; LAMOUNIER, 2015, p. 94). Pessoas oriundas da península itálica foram as que chegaram em maior número<sup>5</sup>, deslocando-se para a Argentina ainda quando esta pertencia ao império espanhol: “en general, se trataba de individuos aislados que llegaban en esa turbamulta de aventureros, militares, clérigos o simplemente pobres a la búsqueda de mejor fortuna que se lanzaban a las Indias” (DEVOTO, 2008b, p. 25). O país conseguiu aumentar consideravelmente a população e impulsionar o desenvolvimento econômico, assim como o Uruguai, que conseguiu multiplicar sua população por 14 em 70 anos, atraindo principalmente italianos e espanhóis (NORAMBUENA, 2006, p. 128).

---

4 Até 1880, entraram no país cerca de 440 mil europeus (KLEIN, 2000, p. 22).

5 “Por volta de 1914, os italianos residentes na Argentina eram responsáveis por 12% da população, enquanto o total de estrangeiros chegava a significativos 30% de toda a população” (KLEIN, 2000, p. 22).

Deste modo, é possível visualizar que a imigração europeia foi um elemento significativo na história da América Latina, provocando mudanças expressivas nos países que não mediram esforços para atrair imigrantes. O intuito de construir a nação com estrangeiros produziu resultados e demonstrou o caráter paradoxal do processo, realizado sobretudo através da apropriação de componentes externos utilizados para constituir os imaginários nacionais. Além de incorporar concepções europeias, os responsáveis pela construção da nação desenvolveram estratégias para trazer os próprios europeus para a América, almejando assim alcançar o status de civilização. Porém, aos olhos da Europa, a América Latina continuava sendo apenas uma fornecedora de matéria-prima.

### **Considerações finais**

A crise do império espanhol e as guerras de independência travadas na América Espanhola, no início do século XIX, forçaram as ex-colônias a erigirem Estados Nacionais que se preocuparam em eleger símbolos de unificação e identidade nacional. O processo foi pautado por uma ruptura com o passado colonial e influenciado por ideais europeus, como o liberalismo, o republicanismo e o nacionalismo. Essa aspiração estava baseada na dicotomia entre civilização e barbárie predominante nos Oitocentos, que servia para organizar o olhar sobre as sociedades. Logo, a Europa era o exemplo de civilização enquanto a América Latina era uma representação da barbárie.

Sendo assim, os novos países latino-americanos trataram de mudar a imagem de atraso que recaía sobre eles negando a presença indígena e enaltecendo a herança europeia evidente no território. Inclusa neste projeto

estava a atração de imigrantes europeus que pudessem aumentar a população, melhorando-a e ensinando-a a ser civilizada, e implementar a mão-de-obra, tendo em vista que os europeus tinham experiência com indústrias, elemento fundamental para uma economia desenvolvida. O presente ensaio buscou ressaltar que a imigração europeia foi encarada como uma alternativa em vários países que se encontravam em situações semelhantes e que tinham o objetivo de alcançar a modernidade. O resultado foi um crescimento populacional explosivo e um impulso no desenvolvimento econômico, tendo como contrapartida intensas crises sociais provocadas pela exclusão dos indígenas e das classes populares. Também é possível verificar que a idealização do imigrante europeu como política de Estado, ao longo do século XIX, deixou marcas profundas em toda América Latina, as quais são visíveis e se mantêm até os dias atuais.

## Referências

- ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y Puntos de Partida para La Organización Política de La República Argentina*. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, [1852] 2017.
- BRAGA, Márcio Bobik. Juan Bautista Alberdi: o pensamento econômico de um liberal latino-americano no século XIX. *Economia e Sociedade*, v. 23, n. 01, p. 1-31, 2014.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. 362 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2015.
- CHIARAMONTE, José Carlos. El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana. *Cuadernos del Instituto Ravignani*, n. 2, p. 1-40, 1991.
- \_\_\_\_\_. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Años 90*, v. 1, n. 1, p. 49-83, 1993.
- DEVOTO, Fernando J. La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008a, p. 269-289.
- \_\_\_\_\_. *Historia de los italianos en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2008b.
- DI MEGLIO, Gabriel. República. In: GOLDMAN, Noemí (dir.). *Lenguaje y revolución: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 145-158.
- \_\_\_\_\_. La participación popular en las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1816. Un ensayo sobre sus rasgos y causas. *Almanack*, n. 05, p. 97-122, 2013.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes, vol. 1.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. A comemoração do centenário da independência no México: o *Paseo de la Reforma* como palco para a pacificação do passado em 1910. *História Unisinos*, v. 15, n. 01, p. 50-59, 2011.

GOLDMAN, Noemí. Introducción. In: GOLDMAN, Noemí (dir.). *Lenguaje y revolución: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 9-18.

KLEIN, Herbet. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lucia. A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). *Cadernos Prolam*, v. 14, n. 26, p. 90-107, 2015.

MÄDER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. *História Unisinos*, v. 12, n. 3, p. 262-270, 2008.

NORAMBUENA, Carmen. Imagen de América Latina en la Exposición Universal de París de 1889. *Dimensión Histórica de Chile*, n. 17-18, 2002-2003, p. 87-123.

\_\_\_\_\_. Imaginarios nacionales latinoamericanos en el siglo XIX. *História Unisinos*, v. 10, n. 2, p. 121-133, 2006.

\_\_\_\_\_. Inmigración europea mediterránea en el Cono Sur: españoles, italianos y portugueses en la conformación de nuevas sociedades: 1880-1939. In: RAMOS, Heloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. *Imigração, práticas culturais e sociabilidade: novos estudos para a América Latina*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 65-101.

ROCA, Andrea. A vida social de um emblema nacional: o caso do sabre do

general José de San Martín (1778-1850). *Mana*, v. 18, n. 01, p. 121-149, 2012.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Escrita e edição em fronteiras permeáveis: mediadores culturais da nação e da modernidade na América Latina (Século XIX e primeiras décadas do XX)*. São Paulo: Intermeios: USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.

SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fabio. Nación. In: GOLDMAN, Noemí (dir.). *Lenguaje y revolución: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 83-98.

WITT, Marcos Antônio. Estudos comparados na imigração: Brasil e Chile como possibilidade investigativa. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2019, p. 11-45.